



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2022

PROCESSO Nº: 1843/2022

ELABORAÇÃO:	COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
TIPO:	MENOR PREÇO POR LOTE
OBJETO:	Escolha da proposta mais vantajosa para aquisição imediata de mobiliário para atendimento das necessidades do Centro de Especialidades Odontológicas Teresinha Rosa da Trindade Santos, situado no município de Boquim, Estado de Sergipe, de acordo com as especificações contidas no Edital e seus Anexos.
DIA	
ABERTURA DAS PROPOSTAS	25/11/2022 às 08:30:00 Horário de Brasília/DF
INÍCIO DA DISPUTA	25/11/2022 às 09:00:00 Horário de Brasília/DF
<p>FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EDITAL:</p> <p>www.licitacoes-e.com.br</p> <p>www.funesa.se.gov.br</p> <p>cplfunesa@gmail.com</p> <p>→ Telefones para contato: (79) 9 9191-3740</p> <p>→ Endereço: Rua São Cristóvão, nº 1524, Getúlio Vargas, CEP: 49055-750, Aracaju-SE</p> <p>Pregoeira: BRUNA COSTA SANTANA</p> <p>OBSERVAÇÃO: O texto do Edital também estará disponível no endereço da FUNESA supramencionado, devendo os interessados trazerem um (01) pendrive para que o mesmo seja copiado e devolvido aos licitantes.</p> <p>LOCAL DE DISPUTA: - www.licitacoes-e.com.br</p>	



EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO FUNESA Nº 19/2022

A **FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE – FUNESA**, fundação pública de direito privado integrante da Administração Pública Indireta do Poder Executivo do Estado de Sergipe, inscrita no CNPJ/ MF sob o n.º 10.437.005/0001-30, com sede na Travessa Manoel Aguiar Menezes n.º 49, Bairro: Getúlio Vargas, CEP: 49055-100, Aracaju/SE, através da Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria nº 042/2021 e sua **Pregoeira**, designada pela **Portaria nº 051/2021**, publicada no DOE em 24 de Setembro de 2021, levam ao conhecimento dos interessados que, na forma da legislação pertinente, especialmente Lei Federal n.º 10.520/ 2002, Decreto Federal nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, Decreto Estadual n.º 26.531/2009, Decreto nº 7.746/2012, Lei Complementar n.º 123/2006, Decreto Estadual n.º 24.912/2007, Lei Estadual n.º 6.206/2007 e, subsidiariamente, Lei Federal n.º 8.666/1993 e Lei Estadual n.º 5.848/2006, farão realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do tipo “**MENOR PREÇO POR LOTE**”, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1. DA SESSÃO PÚBLICA:

1.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, dirigida pela Pregoira, a ser realizada conforme indicado abaixo, de acordo com a legislação mencionada no preâmbulo deste Edital:

DIA: 25/11/2022

HORÁRIO: 09:00 horas – Horário de Brasília/DF.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.licitacoes-e.com.br

2. DO OBJETO:

2.1. A presente licitação tem como objeto **aquisição imediata de mobiliário** para atendimento das necessidades do Centro de Especialidades Odontológicas Teresinha Rosa da Trindade Santos, situado no município de Boquim, Estado de Sergipe, de acordo com as especificações contidas no Edital e seus Anexos.

3. DA IMPUGNAÇÃO E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

3.1 Qualquer pessoa poderá impugnar este Edital até 03(três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública;

3.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, através do e-mail dcplfunesa@gmail.com, ou na protocolar na sede desta Fundação a petição dirigida a Pregoira.

3.3 Caberá a Pregoira, auxiliada pelos responsáveis pela elaboração do projeto básico ou termo de referência, decidir sobre a impugnação no prazo de até 02(dois) dias úteis contados da data de recebimento.

3.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

3.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados a Pregoira, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, através do e-mail



supracitado ou se dirigir a Comissão Permanente de Licitação na sede desta Fundação(endereço indicado no preâmbulo do Edital);

3.6 A pregoeira responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 02(dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e, poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do termo de referência ou projeto básico;

3.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame;

3.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pela pregoeira, nos autos do processo da licitação.

3.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

4.1 Poderão participar do processo apenas as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas enquadradas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos, e que estejam com Credenciamento regular junto ao **sistema licitações-e**, devendo apresentar declaração:

4.1.1 que está ciente e concorda com as condições contidas neste Edital e seus anexos;

4.1.2 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.1.3 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.1.4 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.1.5 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

4.3 Estarão impedidos de participar, direta ou indiretamente, de qualquer fase deste processo licitatório os interessados que se enquadrem em uma ou mais das situações a seguir:

4.3.1 não atendam às condições do Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.2 estejam constituídos sob a forma de consórcio;

4.3.3 estejam proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.4 sejam declaradas inidôneas em qualquer esfera de Governo;

4.3.5 que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6 estejam enquadradas nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.7 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.



4.3.8 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público –OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

5. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

5.1 O certame será conduzido pela Pregoeira, que terá, em especial, as seguintes atribuições: coordenar os trabalhos da equipe de apoio; responder às questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame; abrir as propostas de preços; analisar a aceitabilidade das propostas; desclassificar propostas indicando os motivos; conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço; verificar a habilitação do proponente; declarar o vencedor; receber, examinar e submeter os recursos à autoridade competente para julgamento; elaborar a ata da sessão; encaminhar o processo à autoridade superior para homologação.

6. CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES:

6.1 Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão deverão dispor de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, (§ 1º do art. 9º, do Decreto Federal 10.024/2019) obtidas junto às Agências do Banco do Brasil S.A.

6.2 A chave de identificação e a senha terão validade de acordo com as normas e procedimentos do sistema eletrônico licitações-e, e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do Banco, por ato devidamente justificado.

6.3 As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no “licitacoes-e”.

6.4 Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

6.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à Secretaria de Estado da Administração ou ao Banco do Brasil S.A. a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6.6 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

7. REGRAS GERAIS:

7.1 A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente **encaminhamento da proposta de preços acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital**, por meio do sistema eletrônico no sítio www.licitacoes-e.com.br, opção "Acesso Identificado", observando data e horário limite estabelecidos.

7.1.1. Caso a empresa não consiga enviar os documentos de habilitação através do Sistema Licitações-e, poderá encaminhar para o e-mail: cplfunesa@gmail.com, desde que comprove a impossibilidade.

7.2 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



7.3 Caso haja desconexão com a Pregoeira no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando a Pregoeira, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.3.1 Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.4 Caso exista a necessidade de ser suspenso o Pregão, tendo em vista a quantidade de lotes, a Pregoeira designará novo dia e horário para a continuidade do certame.

7.5 O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado diariamente pelos participantes por meio do portal “www.licitacoes-e.com.br”, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

8. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

8.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

8.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

8.3 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.4 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.5 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

8.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8.7 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da pregoeira e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

8.8 As propostas encaminhadas terão prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

8.9 Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre o fornecimento do objeto licitado.

8.10 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

8.11 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.



9. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

9.1. A partir do horário previsto neste edital, terá início à sessão pública do Pregão Eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo sítio já indicado no item 1.1, passando a Pregoeira a avaliar a aceitabilidade das propostas.

9.2 A Pregoeira verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

9.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.5.1. Para efeito da disputa de preços, as propostas encaminhadas eletronicamente pelos licitantes serão consideradas lances.

9.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.7.1. Com o intuito de conferir celeridade à condução do processo licitatório, é permitido a pregoeira a abertura e gerenciamento simultâneo da disputa de até 10 lotes da mesma licitação.

9.7.2. A pregoeira comunicará aos licitantes, após a abertura da sala de disputa, a sua opção por realizar a disputa simultânea de lotes, se for o caso.

9.7.3. Em regra, a disputa simultânea de lotes obedecerá à ordem sequencial dos mesmos. Entretanto, a pregoeira poderá efetuar a abertura da disputa de lotes selecionados fora da ordem sequencial.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01. (um centavo de real).

9.10. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 05 (cinco) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 05 (cinco) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

9.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

9.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.13. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até dez por cento superiores àquela possam



ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.14. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.15. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.15.1. Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.16. Poderá a pregoeira, auxiliada pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

9.17. Em caso de falha no sistema a ocorrência deve ser comunicada imediatamente ao Banco do Brasil, pelo licitante ou pela pregoeira. Os lances em desacordo com os subitens anteriores poderão ser desconsiderados pelo pregoeiro após manifestação do Banco do Brasil acerca da ocorrência;

9.17.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada no chat de mensagens (licitações-e.com).

9.18. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.20. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.21. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a 10(dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

9.22. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

9.23. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.24. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

9.25. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.26. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.



9.27. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.28. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.29. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

9.30. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.31. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

9.31.1. no país;

9.31.2. por empresas brasileiras;

9.31.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.31.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

9.32. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

9.33. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, a pregoeira deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

9.33.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.33.2. A pregoeira solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 03 (três) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.34. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9.35. O sistema apresentará apenas o melhor lance de cada licitante durante a sessão pública.

9.36. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

10. MODO DE DISPUTA:

10.1. Será adotado para o envio de lances no pregão o modo aberto e fechado. Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado. Conforme Inciso II do art. 31, do Decreto Federal 10.024/2019).



11. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

11.1 Pregoeira efetuará o julgamento das propostas pelo critério de "**menor preço**", podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor por item/lote, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.

11.2 Após o encerramento da sessão de disputa e estando o valor da melhor proposta acima do valor de referência, a Pregoeira negociará a redução do preço com o seu detentor.

11.3 Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

11.4 Se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a Pregoeira examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

11.5 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

11.5.1 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

11.6 Havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a proposta final de preços do licitante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores unitários e totais ajustados de forma que os preços de cada um dos itens não resultem, após os ajustes, inexequíveis ou superfaturados.

11.7 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital, inclusive as exigências de habilitação, o licitante será declarado vencedor do certame pela Pregoeira.

11.8 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

11.9 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

11.10 A Pregoeira poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo a ser definido pela pregoeira, sob pena de não aceitação da proposta.

11.10.1 O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Pregoeira por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Pregoeira.

11.10.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Pregoeira, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Pregoeira, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.



11.11 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Pregoeira examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.12 Havendo necessidade, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

11.13 A Pregoeira poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

11.13.1 Também nas hipóteses em que a Pregoeira não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

11.13.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.14 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de a Pregoeira passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

11.15 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, a pregoeira verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

12. DA HABILITAÇÃO:

12.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, a Pregoeira verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

12.1.1 Consulta consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

12.1.2 Cadastro das Empresas Inidôneas, Suspensas e Impedidas do Estado de Sergipe;

12.1.3 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

12.1.3.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

12.1.3.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

12.1.3.3 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

12.1.3.4 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

12.1.3.5 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.2 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítas quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.



12.3 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

12.4 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e, se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.4.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

12.5 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema ou e-mail, no prazo de 03 (três) horas, sob pena de inabilitação.

12.6 Ressalvado o disposto no item 8.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

12.7 Habilitação jurídica:

12.7.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

12.7.2 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

12.7.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

12.7.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

12.7.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

12.7.6 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

12.7.7 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

12.7.8 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

12.8 Regularidade fiscal e trabalhista:

12.8.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

12.8.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.8.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);



12.8.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

12.8.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.8.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.8.7 Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.8.8 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.8.9 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

12.8.10 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.8.11 Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

12.9 Qualificação Econômico-Financeira:

12.9.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

12.9.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.9.2.1 No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

12.9.2.2 No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

12.9.2.3 É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

12.9.2.4 Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

12.9.3 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}};$$

12.9.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital social mínimo ou o



patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

12.10 Qualificação Técnica:

12.10.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

13.10.1.2. Juntamente com a apresentação de documentação e proposta final, o licitante arrematante deve apresentar:

a) Declaração expressa do responsável pela Assistência Técnica Local, informando que efetivamente e representante autorizada pela fabricante e que possui capacidade operacional para atender aos chamados da Contratante, contendo, no mínimo, os seguintes elementos: nome comercial (razão social), CNPJ, endereço, número do telefone e e-mail.

b) Catálogos referentes aos itens cotados, demonstrando que os mesmos são ofertados regularmente pela empresa licitante.

c) Certificado de conformidade, de acordo com a ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, especialmente para as normas a seguir:

c.1. Ao fornecedor de cadeiras:

- ABNT NBR 13962:2006 – Móveis para escritório – Cadeiras.

c.2. Ao fornecedor de armários:

- ABNT NBR 13961:2010 – Móveis para escritório – Armários.

c.3. Ao fornecedor de mesas:

- ABNT NBR 13966:2008 - Móveis para escritório - Mesas - Classificação e características físicas dimensionais e requisitos e métodos de ensaio.

12.10.2 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

12.10.3 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

12.10.4 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

12.10.5 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

12.10.6 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Pregoeira suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.10.7 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

12.10.8 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos



artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

12.10.9 O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

12.10.10 Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

12.10.11 A Pregoeira reserva-se o direito de solicitar da licitante, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhe prazo para atendimento.

12.10.12 A falta de qualquer dos documentos exigidos no edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo motivo devidamente justificado e aceito pela pregoeira.

12.10.13 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

13. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

13.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 3 (três) horas, a contar da solicitação da Pregoeira no sistema eletrônico e deverá:

13.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal;

13.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

13.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

13.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

13.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor total em algarismos e por extenso.

13.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço total, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

13.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto do Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

13.7. A proposta deverá obedecer aos termos do Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.



13.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

14. DOS RECURSOS:

14.1 Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

14.1.1 Havendo quem se manifeste, caberá a Pregoeira verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

14.1.2 Nesse momento, a Pregoeira não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação;

14.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

14.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.4. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante no Edital.

15. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.3. A convocação se dará de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.4. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Sistema Licitações-e, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

16.1 Em caso de recurso, ou quando houver apenas uma proposta habilitada, ou, ainda, quando não se realizarem lances durante a sessão de disputa, caberá a Diretora Geral desta Fundação a adjudicação do objeto ao licitante declarado vencedor.



16.2 Nos demais casos, a pregoeira fará a adjudicação do(s) lote(s) ao(s) licitante(s) vencedor(es).

16.3 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

17. DA CONTRATAÇÃO:

17.1. Do Objeto;

17.1.1. O objeto licitado será contratado nos termos e condições deste Edital e da proposta escrita da licitante adjudicatária, independentemente de transcrição.

17.1.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Ordem de Fornecimento), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.

17.1.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.1.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.1.4. O Aceite da Ordem de Fornecimento ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica o reconhecimento de que:

17.1.4.1. Referida Ordem está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.1.4.2. A Contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.1.4.3. A Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.1.5. A contratação tem prazo de vigência até 12 (doze) meses, contado da data de assinatura, condicionada a publicação do extrato contratual no Diário Oficial do Estado, a partir de quando as obrigações assumidas pelas partes serão exigíveis, ou da emissão da ordem de fornecimento, sendo prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

17.1.6. Previamente à contratação, a Administração realizará consulta aos cadastros pertinentes para identificar eventual proibição da licitante adjudicatária de contratar com o Poder Público.

17.1.6.1. Na hipótese de irregularidade, a Contratada deverá regularizar a sua situação no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.1.7. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

17.1.7.1. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções e demais cominações legais cabíveis, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação das condições de habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

17.2. Do Preço e do Reajuste;



17.2.1. O preço da contratação do objeto licitado será aquele constante da proposta escrita da licitante adjudicatária, sendo fixo e irrevogável.

17.3. Dos Recursos;

17.3.1. Os recursos a serem utilizados para essa aquisição, serão oriundos do termo Aditivo ao Contrato Estatal de Serviços, firmado entre a Fundação Estadual de Saúde – FUNESA e a Secretaria Estadual de Saúde – SES.

17.4. Do Recebimento;

17.4.1. O recebimento do objeto licitado dar-se-á nos termos do art. 73 da Lei n.º 8.666/93, compreendendo duas etapas distintas: de recebimento provisório e de recebimento definitivo, na conformidade das regras constantes do Termo de Referência.

17.5. Do Pagamento;

17.5.1. O pagamento do objeto licitado será efetuado pela Fundação Estadual de Saúde – FUNESA, em moeda corrente nacional, devendo ocorrer em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo do objeto licitado, mediante a apresentação da respectiva Nota Fiscal devidamente atestada, acompanhada da documentação de regularidade fiscal e desde que mantida situação habilitatória regular.

17.6 Obrigações da Contratada e Contratante:

17.6.1 Estão dispostas no Projeto Básico ou no Termo de Referência, localizadas no Anexo I deste Edital;

17. ENTREGA E RECEBIMENTO DO PRODUTO:

17.1 A entrega dos produtos deverá ser acompanhada por um servidor da FUNESA, que deverá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da sua execução, dando ciência, sempre que necessário, à contratada e atestará as Notas Fiscais recebidas. Antes do atesto da nota, o material deverá ser conferido dentro das suas especificações técnicas pela referência técnica da coordenação dos Centros de Especialidades Odontológicas da FUNESA;

17.2 O endereço para entrega é o almoxarifado da FUNESA na, Rua São Cristóvão, nº 1524 – Bairro Getúlio Vargas – CEP 49.010-380, Aracaju/SE, no horário de funcionamento: de Segunda-feira a Sexta-feira, exceto nos feriados e em pontos facultativos, das 07:00h às 17:00h, telefone para contato: (79) 3179-7372, nas quantidades e prazos estabelecidos;

17.3 A fiscalização que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa a ser CONTRATADA, até mesmo perante terceiro, por qualquer irregularidade, inclusive prazos de validade, entrega de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (Art. 70 da Lei nº 8.666/93, e suas alterações);

17.4 O prazo de entrega dos materiais descritos no anexo I deste projeto é de **15 (quinze) dias corridos**, a contar da retirada da Ordem de Fornecimento;

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

18.1. Pratica ato ilícito, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante ou a Contratada que:

18.1.1. Não assinar o contrato ou a ata de registro de preço;

18.1.2. Não entregar a documentação exigida no edital;

18.1.3. Apresentar documentação falsa;

18.1.4. Causar o atraso na execução do objeto;



18.1.5. Não manter a proposta;

18.1.6. Falhar na execução do contrato;

18.1.7. Fraudar a execução do contrato;

18.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

18.1.9. Declarar informações falsas; e

18.1.10. Cometer fraude fiscal.

18.2. A prática de ato ilícito sujeita o infrator à aplicação das seguintes sanções administrativas, sem prejuízo da possibilidade de rescisão contratual:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Impedimento de licitar e contratar com a Fundação Estadual de Saúde, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, observada a proporcionalidade e a gravidade da conduta; e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

18.3. A advertência consiste em repreensão por escrito imposta pelo não cumprimento das normas de licitação ou dos contratos celebrados.

18.4. A multa aplicável será de:

18.4.1. 0,3 % (três décimos por cento) por dia, pelo atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, correspondentes a até 30 (trinta) dias de atraso;

18.4.2. 5% (cinco por cento) por descumprimento do prazo de entrega, calculados sobre o valor total do contrato, sem prejuízo da aplicação da multa;

18.4.3. 10% (dez por cento):

a) pela recusa injustificada em assinar o contrato no prazo estabelecido;

b) pela rescisão da avença, calculados sobre o valor total do contrato; e/ou

c) pela recusa injustificada em entregar total ou parcialmente o material ou em concluir o serviço, calculados sobre o valor correspondente à parte inadimplente.

18.5. O valor da multa poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente a ela devidos ou cobrada judicialmente.

18.6. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega de material ou execução de serviços, se dia de expediente normal na FUNESA, ou do primeiro dia útil seguinte.



18.7. A multa poderá ser aplicada juntamente com outras sanções segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, desde que observado o princípio da proporcionalidade, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

18.8. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso injustificado na entrega de material ou na execução de serviços, o contrato deverá ser rescindido, exceto se houver justificado interesse público em manter a avença, hipótese em que será aplicada multa ou advertência.

18.9. A suspensão e o impedimento são sanções administrativas que temporariamente obstem a participação em licitação e a contratação com a Fundação Estadual de Saúde;

18.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade do ato ilícito cometido, os danos que o cometimento do ato ilícito ocasionar aos serviços e aos usuários, a vantagem auferida em virtude do ato ilícito, as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes e os antecedentes do infrator, observado o princípio da proporcionalidade.

19. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

19.1. Este Edital estará à disposição dos interessados na sede da CPL, nos dias úteis, das 07 h às 17 h, e na Internet, para *download*, nos endereços eletrônicos: www.licitacoes-e.com.br e www.funesa.se.gov.br/ ou através do e-mail: cplfunesa@gmail.com.

19.2. Consultas poderão ser formuladas pelos telefones: **(79) 9 9191-3740**.

19.3. Todas as referências de tempo previstas no Edital e no Aviso de Licitação e feitas na sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa a este Pregão.

19.4. Todas as informações relativas à sessão pública serão registradas em ata divulgada no sistema eletrônico, podendo a Pregoeira, quando necessário, elaborar Ata Complementar, a ser autuada no processo administrativo licitatório.

19.5. É dado à FUNESA o direito revogar a presente licitação por razões de conveniência ou oportunidade, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, na forma do art. 49 da Lei Federal n.º 8.666/1993.

19.6. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Estado de Sergipe não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

19.7. É facultada a Pregoeira e à Diretora Geral da FUNESA, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

19.8. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

19.9. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.

19.10. Da contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seu Anexo, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expedientes na Fundação Estadual de Saúde - FUNESA, com exceção dos prazos em horas previstos neste Edital.



19.11 É facultado ao Pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

19.12 O desatendimento de exigências formais, **não essenciais**, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

19.12 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

19.13 As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no Diário Oficial do Estado.

19.14 A participação do proponente nesta licitação implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

19.15 Havendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para dia e horário definidos pela Pregoeira, comunicando devidamente aos licitantes do Pregão Eletrônico.

19.16 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.17. Os casos omissos serão decididos pela Pregoeira em conformidade com as disposições constantes dos Decretos, Leis citadas no preâmbulo deste edital ou decisões dos Tribunais.

19.18. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Aracaju/SE.

19.18. Constitui parte integrante deste Edital:

Anexo I – Termo de Referência;

Anexo II – Declaração sobre empregados menores;

Anexo III - Modelo de Ordem de Fornecimento.

Aracaju/SE, 11 de outubro de 2020

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Portaria nº 34/2022



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Aquisição imediata de mobiliário para atendimento das necessidades do Centro de Especialidades Odontológicas Teresinha Rosa da Trindade Santos, situado no município de Boquim, Estado de Sergipe, de acordo com as especificações contidas no Edital e seus Anexos.

2. DISPOSIÇÕES GERAIS

As propostas deverão conter as especificações descritas no objeto.

O julgamento das propostas efetuar-se-á pelo critério de "menor preço por lote", podendo a Administração negociar diretamente com o proponente que tenha apresentado o menor valor unitário, para que seja obtido preço melhor.

As propostas encaminhadas deverão conter as especificações do objeto, marca, modelo e referências dos produtos cotados (se houver), para melhor identificação do produto pelo(a) Pregoeiro(a).

Propostas que não apresentem as informações definidas no item anterior serão desclassificadas.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A Fundação Estadual de Saúde – FUNESA foi criada em 2008, depois de autorização contida na Lei Estadual nº 6.348, de 02 de janeiro de 2008, para “executar ações e serviços complementares de Atenção Primária à Saúde - APS, de atenção especializada e de vigilância em saúde, no âmbito da promoção, prevenção, cura e reabilitação da saúde coletiva e individual, de formação profissional e de educação permanente na área de saúde pública, devendo manter a Escola de Saúde Pública do Estado de Sergipe – ESP/SE” (redação atualizada pela Lei nº 8.733 de 13/08/2020).

Um desses serviços consiste no gerenciamento dos Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs), instituídos pela Portaria nº 599, de 23 de março de 2006, que nada mais são que unidades especializadas para cuidados odontológicos, localizados nos municípios de Boquim, Laranjeiras, São Cristóvão, Propriá, Tobias Barreto, Nossa Senhora da Glória, Capela e Simão Dias.

O CEO, oferta do SUS no âmbito da Política Nacional de Saúde Bucal do Ministério da Saúde (Programa Brasil Sorridente), possui consultórios equipados com aparelhos de Raio X e Ultrassom, além de contar com profissionais especialistas em endodontia, cirurgiões bucomaxilofaciais, especialistas em pacientes especiais e periodontia, oferecendo para a população os seguintes serviços: odontologia para pacientes especiais (pessoa com deficiência); cirurgia oral menor dos tecidos moles e duros; diagnóstico bucal, com ênfase no diagnóstico e detecção do câncer de boca; endodontia; periodontia especializada e prótese.



Para a manutenção dessas unidades especializadas, a Secretaria de Estado da Saúde repassa para a FUNESA, via Contrato Estatal, recursos financeiros para custear despesas com pessoal e terceirizados, equipamentos, material de consumo, materiais odontológicos, locação etc.

Com a finalidade de reestruturar as unidades existentes e de garantir a padronização da ambientação dos oito Centros de Especialidades Odontológicas - CEO, se faz necessária aquisição de mobiliário para compor o novo espaço físico que está sendo readequado no município de Boquim/Se, promovendo mais funcionalidade, ergonomia de correção e uma melhor adequação para receber os usuários que são atendidos, vale destacar que o Boquim é referência para outros seis municípios, atendendo em média 150 usuários por mês.

Nesse contexto também, destaca-se que a nova sede do CEO é uma cessão do Governo do Estado de Sergipe, a qual ajudará na economia de aproximadamente R\$ 33.000,00 (tinta e três mil reais)/anual. Pois bem.

Considerando o término da vigência do Registro de Preços anterior, resta justificada a realização da presente licitação para registro de preços dos itens constantes do Anexo I, nas quantidades e especificações ali contidas, para atendimento do interesse público. A escolha do presente mobiliário usado como referência é o de mesmo padrão dos solicitados normalmente para os órgãos da administração pública

4. CARACTERÍSTICAS OBRIGATÓRIAS

Os objetos deverão ser cotados em conformidade com as referências e especificações constantes do Anexo I do presente Termo de Referência, inclusive garantia contra defeitos, segundo as regras da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor.

Os itens poderão ter variações de +/- 5% (cinco por cento) das medidas apresentadas no Termo de Referência. Juntamente a apresentação de documentação e proposta final, o licitante arrematante deve apresentar:

Declaração expressa do responsável pela Assistência Técnica Local, informando que efetivamente é representante autorizada pela fabricante e que possui capacidade operacional para atender aos chamados da Contratante, devendo apresentar ainda comprovação de que possui sede no Estado de Sergipe, mediante apresentação do contrato social da autorizada contendo, no mínimo, os seguintes elementos: nome comercial (razão social), CNPJ, endereço, número do telefone e e-mail.

Catálogos referentes aos itens cotados, demonstrando que os mesmos são ofertados regularmente pela empresa licitante.

Comprovação de regularidade dos fabricantes dos móveis junto ao “CADASTRO TÉCNICO FEDERAL – CTF” do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;



Certificado de conformidade, de acordo com a ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, especialmente para as normas a seguir:

1. Ao fornecedor de cadeiras: ABNT NBR 13962:2006 – Móveis para escritório – Cadeiras.
2. Ao fornecedor de armários: ABNT NBR 13961:2010 – Moveis para escritório – Armários.
3. Ao fornecedor de mesas: ABNT NBR 13966:2008 - Móveis para escritório - Mesas - Classificação e características físicas dimensionais e requisitos e métodos de ensaio.

5. ATOS NORMATIVOS QUE DISCIPLINAM A LICITAÇÃO DO OBJETO

Além da legislação pertinente a Licitações:

Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005;

Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993);

Outras referências foram pesquisadas e são de suma importância na delimitação e determinação do objeto, nas considerações e análises aqui feitas.

Dentre outros:

Guia de Licitações Sustentáveis – 2019, setembro, 2ª Edição, revista, atualizada, ampliada.

Advocacia Geral de União – AGU;

Guia de Ergonomia – Orientações para Compra de Mobiliário, Volume 1, FIOCRUZ;

Lei 6.938/1981, que institui o Cadastro Técnico Federal – CTF do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;

Instrução Normativa 006/2013 – IBAMA (atualizada);

Normas Brasileiras (NBR), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para móveis, de números:

NBR 13961:2010, Móveis para escritório – Armários;

NBR 13962:2018, versão corrigida: 2018, Móveis para escritório - Cadeiras - Requisitos e métodos de ensaio;

NBR 13966:2008, Móveis para escritório - Mesas - Classificação e características físicas dimensionais e requisitos e métodos de ensaio;

NBR 13967:2011, Móveis para escritório - Sistemas de estação de trabalho - Classificação e métodos de ensaio;

NBR 14776:2013, Cadeira plástica monobloco - Requisitos e métodos de ensaio;

6. SUSTENTABILIDADE



Alguns itens a serem licitados são provenientes de “Atividades Potencialmente Poluidoras”, conforme previsões da Lei 6.938/1981, que institui o Cadastro Técnico Federal – CTF e Instrução Normativa 006/2013 – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Atividades potencialmente poluidoras, conforme IN 006/2013.

Os itens que demandarão verificação dos fabricantes no CTF-IBAMA, são:

**ITENS QUE OS LICITANTES DEVERÃO INDICAR CNPJ DE FABRICANTE PARA
VERIFICAÇÃO DE CADASTRO REGULAR NO CTF-IBAMA**

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA
1	ARMÁRIO BAIXO DUAS PORTAS
2	ARMÁRIO ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS
3	ARMÁRIO ALTO 02 PORTAS
4	MESA AUXILIAR
5	MESA DE TRABALHO RETANGULAR
6	MESA DE TRABALHO EM L
7	MESA DE REUNIÃO REDONDA
8	ARMÁRIO GUARDA VOLUME EM AÇO 04 PORTAS
9	CADEIRA GIRATÓRIA ENCOSTO ALTO
10	CADEIRA GIRATÓRIA DIRETOR
11	CADEIRA FIXA OPERACIONAL
12	LONGARINA DE 03 LUGARES
13	ESTANTE DE AÇO
14	ARMÁRIO SUSPENSO PARA COPA
15	CADEIRA DE PLÁSTICO
16	MESA DE PLÁSTICO QUADRADA
17	ARMÁRIO VITRINE
18	CADEIRA CAIXA ALTA PLÁSTICA

7. CERTIFICADOS/LAUDOS DE CONFORMIDADE DOS ITENS

Todos os itens a seguir deverão apresentar, juntamente a sua proposta vencedora, para aceitação, os respectivos “certificados/laudos de Conformidade do Produto de acordo com NBRs da ABNT” conforme normas correlatas.

Os certificados/laudos de conformidade deverão ter sido emitidos pela ABNT ou outro organismo ou instituição certificadora creditada pelo INMETRO, devendo indicar a família e o modelo dos produtos propostos, memorial descritivo do produto igual ao que foi encaminhado ao organismo ou instituição certificadora na fase de certificação.

Apresentar certificado de regularidade dos fabricantes dos móveis junto ao “CADASTRO TÉCNICO FEDERAL – CTF” do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA;



Outra norma importante, a ser considerada e aferida, diz respeito a NR 17, que trata de ergonomia para o trabalho.

Esta norma estabelece uma série de exigências legais que devem ser seguidas pelas empresas desse segmento.

Após análise das especificações dos itens a serem adquiridos, alguns deles deverão também ser certificados quanto a NR 17.

As especificações de forma detalhada, item a item, indispensáveis a aceitação das propostas vencedoras do certame licitatório deverá atender impreterivelmente aos ditames a seguir:

ITENS QUE OS LICITANTES DEVERÃO INDICAR CNPJ DE FABRICANTE PARA VERIFICAÇÃO DE CADASTRO REGULAR NO CTF-IBAMA

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	NORMAS
1	ARMÁRIO BAIXO DUAS PORTAS	NBR 13961
2	ARMÁRIO ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS	
3	ARMÁRIO ALTO 02 PORTAS	NBR 13961
4	MESA AUXILIAR	
5	MESA DE TRABALHO RETANGULAR	NBR 13966
6	MESA DE TRABALHO EM L	NBR 13966
7	MESA DE REUNIÃO REDONDA	NBR 13966
8	ARMÁRIO GUARDA VOLUME EM AÇO 04 PORTAS	
9	CADEIRA GIRATÓRIA ENCOSTO ALTO	NBR 13962
10	CADEIRA GIRATÓRIA DIRETOR	NBR 13962
11	CADEIRA FIXA OPERACIONAL	NBR 13962
12	LONGARINA DE 03 LUGARES	
13	ESTANTE DE AÇO	
14	ARMÁRIO SUSPENSO PARA COPA	
15	CADEIRA DE PLÁSTICO	NBR 14776
16	MESA DE PLÁSTICO QUADRADA	
17	ARMÁRIO VITRINE	
18	CADEIRA CAIXA ALTA PLÁSTICA	

8.ENTREGA

Os objetos desta licitação deverão ser **entregues no prazo de até 15(quinze) dias corridos**, após o recebimento da ordem de fornecimento, nas condições estipuladas neste edital e em seus anexos.

A montagem do mobiliário será de obrigação da Contratada.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Na execução do serviço, obriga-se a CONTRATADA:

Os fornecimentos desta licitação deverão ser montados em até 02 (dois) dias corridos, ordinariamente, nos estabelecimentos da CONTRATANTE (sede e/ou filiais).



O seu recebimento dar-se-á de acordo com o art. 73, inciso II, “a” e “b” e art. 15 § 8º da lei 8.666/93;

O contratado é obrigado a corrigir, remover ou substituir, totalmente às suas expensas, os produtos em que se verificarem vícios, defeitos ou desconformidades no total ou em parte com o objeto desta licitação, em 5 (cinco) dias corridos.

A Nota Fiscal deverá ser emitida em conformidade com a Ordem de Fornecimento emitida pela CONTRATANTE;

O aceite ou aprovação do(s) fornecimento(s) pela Administração Pública não exclui a responsabilidade civil do(s) fornecedor(es) por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas neste termo de referência, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração Pública as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

Solicitar em tempo hábil, todas as informações de que necessitar para o cumprimento de suas obrigações contratuais;

Manter, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, durante a execução do instrumento contratual, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas na licitação.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Prestar informações e esclarecimentos que venham ser solicitados pela CONTRATADA;

Notificar, por escrito, à CONTRATADA, quaisquer irregularidades encontradas no serviço prestado;

Fiscalizar e inspecionar o serviço, podendo rejeitá-lo, quando estes não atenderem ao definido; Atestar a(s) Nota(s) Fiscal(is) correspondente(s), após a realização do serviço;

Participar ativamente das sistemáticas de supervisão, acompanhamento e controle de qualidade do serviço;

Designar representante com competência legal para proceder ao acompanhamento e fiscalização do serviço prestado;

Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em todos os casos omissos, se ocorrer;

Efetuar o pagamento com pontualidade, consoante às condições definidas no instrumento contratual;

Notificar, por escrito, a CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições do serviço prestado, fixando prazos para sua troca.

11. EMISSÃO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

As ordens de fornecimento serão enviadas ao fornecedor via e-mail com a necessidade específica. Após o envio do e-mail a empresa terá a obrigatoriedade de acusar o recebimento, tendo o prazo de 3 (três) horas para a acusar o recebimento.



12. SANÇÕES

O inadimplemento das obrigações previstas ensejará a aplicação ao LICITANTE VENCEDOR, conforme o caso, das penalidades previstas no arts. 86 e 87, da Lei 8.666/93.

13. PAGAMENTO

O pagamento será realizado de forma parcelada, de acordo com as obrigações realizadas, ou seja, com base no fornecimento solicitado pela CONTRATANTE e efetivamente prestado pela CONTRATADA.

Após o exato cumprimento das obrigações assumidas o pagamento à CONTRATADA será efetuado no prazo não superior a 30 (trinta) dias consecutivos, contado a partir do recebimento e aceite da nota fiscal. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

14. PRAZO CONTRATUAL

O prazo de vigência oriunda desta licitação é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

15. ANEXO

Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste Termo de Referência, como anexos: ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS

Aracaju/SE, 08 de novembro de 2022.

Cláudia Lisboa Rodrigues

Coordenação Interina dos Centros de Especialidades Odontológicas



LOTE 01	NOME BÁSICO	DESCRIÇÃO	QTD.
	ARMÁRIO BAIXO 02 PORTAS	ARMÁRIO BAIXO 02 PORTAS (LxPxA) (800X500X740MM) - As medidas externas são aproximadas, podendo sofrer variações de até 5% para mais ou para menos. Tampo em madeira MDP ou MDF de 25 mm de espessura, revestida com resinas melamínicas de baixa pressão (BP), em ambas as faces. Revestidas com fita de borda de PVC, com 2 mm de espessura em todos os lados e com raio de 2,5 mm nas arestas. Corpo do armário, com prateleira madeira de MDP ou MDF de 18 ou 15 mm de espessura, portas em madeira MDP ou MDF de 18 ou 15 mm de espessura com resinas melamínicas de baixa pressão (BP), em ambas as faces e com fita de borda de PVC. Pinos para regulagem a cada 100 mm das prateleiras internas. Portas com dobradiças em aço, com ângulo de abertura de 110° ou mais. Travamento das portas realizado através de fechadura metálica de sobrepor na porta, chave com capa de polipropileno com alma de aço escamoteável. Puxadores tipo alça ou embutido, fixado com parafusos. Armário com fundo inteiriço, sem divisão central em madeira MDP ou MDF de 15 ou 18 mm de espessura, revestida com resinas melamínicas de baixa pressão (BP), em ambas as faces. Rodapé metálico em tubo de aço SAE 1006/1010 20x30mm com tratamento anti-corrosivo, pintura epóxi e com sapatas reguladora de nível. Sua fixação é realizada através de parafusos mitofix para madeira. A montagem deverá ser realizada através do sistema minifix, eliminando a aparência de parafusos. Cor a ser definido pelo órgão.	01
	ARMÁRIO ALTO 02 PORTAS	ARMÁRIO ALTO 02 PORTAS (LxPxA) (800X500X1600MM) - As medidas externas são aproximadas, podendo sofrer variações de até 5% para mais ou para menos. Tampo em madeira MDP ou MDF de 25 mm de espessura, revestida com resinas melamínicas de baixa pressão (BP), em ambas as faces. Revestidas com fita de borda de PVC, com 2 mm de espessura em todos os lados e com raio de 2,5mm nas arestas. Corpo do armário, com no mínimo 3 (três) prateleiras madeira MDP ou MDF de 18 ou 15 mm de espessura, portas em madeira MDP ou MDF de 18 ou 15 mm de espessura com resinas melamínicas de baixa pressão (BP), em ambas as faces e com fita de borda de PVC. Pinos para regulagem a cada 100 mm das prateleiras internas. Portas com dobradiças em aço, com ângulo de abertura de 110° ou mais. Travamento das portas realizado através de fechadura metálica de sobrepor na porta, chave com capa de polipropileno com alma de aço escamoteável. Puxadores tipo alça ou embutido, fixado com parafusos. Armário com fundo inteiriço, sem divisão central em madeira MDP ou MDF de 15 ou 18 mm de espessura, revestida com resinas melamínicas de baixa pressão (BP), em ambas as faces. Rodapé metálico em tubo de aço SAE 1006/1010 20x30mm com tratamento anticorrosivo, pintura epóxi e com sapatas reguladora de nível. Sua fixação é realizada através de parafusos mitofix para madeira. A montagem deverá ser realizada através do sistema minifix, eliminando a aparência de parafusos. Cor a ser definido pelo órgão.	01
	MESA DE TRABALHO RETANGULAR	MESA DE TRABALHO RETANGULAR (LxPxA) (1000X600X740MM) - As medidas externas são aproximadas, podendo sofrer variações de até 5% para mais ou para menos. Tampo em madeira MDP ou MDF de 25 mm de espessura, revestida com resinas melamínicas de baixa pressão (BP), em ambas as faces, fita de borda de PVC com 2 mm de espessura em todos os lados, e raio de 2,5 mm nas arestas. Pannel frontal em madeira MDP ou MDF de 15 ou 18 mm de espessura, revestida com resinas melamínicas de baixa pressão (BP), em ambas as faces, com fita de borda de PVC, com 0,5 mm de espessura. Estrutura lateral em chapa aço SAE 1020. Ponteiros em polipropileno com sapatas reguladoras de nível, calha central removível de polipropileno ou aço, para a passagem de fiação. Pintura com tratamento anti-corrosivo em pintura epóxi-pó. Fixação da saia realizada através do sistema Minifix. Cor a ser definida pelo órgão	04
	MESA DE TRABALHO EM L	MESA DE TRABALHO EM L (LxLxPxA) (1400X1400X600X740MM) - As medidas externas são aproximadas, podendo sofrer variações de até 5% para mais ou para menos. Tampo único, formato de "L", em madeira MDP ou MDF de 25 mm de espessura, revestida com resinas melamínicas de baixa pressão (BP), em ambas as faces, fita de borda de PVC com 2 mm de espessura em todos os lados e com raio de 2,5 mm nas arestas. Pannel frontal em madeira MDP ou MDF de 15 ou 18 mm de espessura, revestida com resinas melamínicas de baixa pressão (BP), em ambas as faces, com fita de borda de PVC, com 0,5 mm de espessura, em todo seu perímetro. Estrutura lateral em chapa aço SAE 1020 estampado de 1,06 mm, ponteiros em polipropileno e sapatas reguladoras de nível. Calha central removível de polipropileno ou aço, para a passagem de fiação. Estrutura de canto em chapa aço SAE 1020 estampado de 1,06 mm em forma quadrada, redonda ou triangular. Pintura da estrutura com tratamento anti-corrosivo e acabamento em pintura epóxi-pó. Fixação da saia realizada através do sistema Minifix. Cor a ser definida pelo órgão.	01
	MESA DE REUNIÃO REDONDA	MESA DE REUNIÃO REDONDA (1200X740MM) - As medidas externas são aproximadas, podendo sofrer variações de até 5% para mais ou para menos. Tampo em madeira MDP ou MDF de 25 mm de espessura, revestida com resinas melamínicas de baixa pressão (BP), em ambas as faces, com fita de borda de PVC de 2 mm de espessura em todos os lados e com raio de 2,5 mm nas arestas. Curvatura em forma circular. Estrutura de sustentação é composta por um tubo redondo de aço SAE 1020 de diâmetro de 3 com espessura de 1,2 mm, na parte central. Na parte superior com tubos retangulares de aço em forma de "X" para a fixação do tampo. Base formada de 4 hastes de tubo retangular de aço SAE 1020 de 30x50. Cada haste com ponteiros de polipropileno e sapata reguladora de nível de polipropileno na extremidade. Pintura com tratamento anticorrosivo por fosfatização e acabamento em pintura epóxi-pó. A estrutura é fixa no tampo através de parafusos mitofix, especiais para madeira. Cor do tampo a ser definido pelo órgão.	01
LOTE 02	NOME BÁSICO	DESCRIÇÃO	QTD.
	MESA AUXILIAR	MESA AUXILIAR - As medidas externas são aproximadas, podendo sofrer variações de até 5% para mais ou para menos. Mesa auxiliar hospitalar, material estrutura aço inoxidável, material	04



		tampo tampo e prateleira aço inoxidável, comprimento tampo 80 cm, largura tampo 40 cm, altura 80 cm, características adicionais pés com rodízios.	
ARMÁRIO SUSPENSO PARA COPA		ARMÁRIO SUSPENSO PARA COPA: Duas portas de aço, estrutura em chapa de aço, revestimento em pintura eletrostática à pó, portas com fechamento por imã de alta atração magnética, com puxadores com acabamento metalizado, chapa de aço dobrado e montado por encaixe, dispositivos plásticos e aparafusamento, dobradiças: em aço estampado com caneco plástico, sistema simplificado. Medida 550 x 800 x 300mm	02
ARMÁRIO VITRINE		ARMÁRIO VITRINE 01 PORTA: Armário Vitrine com 01 porta de 03 prateleiras, estrutura em aço, cantoneira de 01 polegada x 1/8 de polegada de espessura, teto e fundo em chapa de aço nº 20, 03 prateleiras em vidro de 4mm de espessura aproximadamente, prateleiras reguláveis, porta com fechadura tipo Yale, pés guarnecidos com ponteira de borracha, medindo 0,10 x 0,40 x 1,50m	08
ARMÁRIO ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS		ARMÁRIO ARQUIVO DE AÇO COM 4 GAVETAS (470X705X1335MM) (LXPXA) - As medidas externas são aproximadas, podendo sofrer variações de até 5% para mais ou para menos. Armário arquivo de aço com chaves e com 4 gavetas para pasta suspensa, confeccionado em aço reforçado. Possui sistema de deslizamento das gavetas através de braço telescópico com uma capacidade, aproximada, de 45 kg por gaveta. Fabricado em chapa de aço nº 22. Cor a ser definida pelo órgão.	06
ARMÁRIO GUARDA VOLUME EM AÇO 04 PORTAS		ARMÁRIO GUARDA VOLUME EM AÇO 04 PORTAS COM PITÃO PARA CADEADO. Cor da estrutura e portas: CINZA. Pintura eletrostática epóxi a pó. Confeccionado em chapa de aço zincada (galvanizada) lisa, resistente a corrosão. Bitolas das chapas cristais normais - laterais, fundo, portas (com sistema de ventilação, com furação) e bandejas em chapa 0.50mm (GSG - 26). Moldura (quadro frontal) e base em chapa 1,25 mm (GSG - 18). Porta embutida na moldura principal. As portas com reforço interno com dobradiças reforçadas de conexões internas à estrutura do armário, não permitindo que seja retirado o pino de articulação. Escudo acoplado na porta do armário, localizado em volta ao tambor da fechadura e confeccionado em poliestireno de alto impacto. Fechaduras com pitão para cadeado, embutidas na estrutura do armário. Os fechos possuem lingueta reforçada. Armários isentos de cantos vivos prevenindo acidentes. Pés antiderrapantes e reguláveis. Dimensões aproximadas: 33x42x180cm (LXPXA). Observação: as medidas podem variar para mais em até 5%.	02
ESTANTE DE AÇO		Estante de aço, com 6 prateleiras, em chapa de aço carbono nº 28, com fechamento lateral, 3 dobras em todas as bordas moduláveis e com reforço longitudinal tipo ômega, soldado na parte inferior da bandeja. Dois reforços no fundo em forma "X". Bandeja com espaço entre elas regulável de 10 em 10cm. Capacidade de Carga: 80kg cada bandeja/prateleira. Fixação das bandejas por parafusos e porcas internas. Acabamento em tinta epóxi por impregnação, eletrostática. Cor cinza. Para aplicação em área de estocagem. Dimensões: Largura 98cm, Altura 200cm, Profundidade 42cm.	03

LOTE 03	NOME BÁSICO	DESCRIÇÃO	QTD.
	CADEIRA GIRATÓRIA ENCOSTO ALTO	CADEIRA GIRATÓRIA ENCOSTO ALTO: Encosto (LxP): 480mm x 565mm. Chassis injetado, revestidos por uma capa de polipropileno. Espuma: Anatômica injetada com densidade 55kg/m³ podendo variar para +/- 5% indeformável e com borda frontal ligeiramente curvada no assento para não obstruir a circulação sanguínea. Encosto regulável na altura. Assento (LxP): 495mm x 480mm. Parte interna em compensado com multilâminas de madeira com espessura mínima de 12mm, revestido por uma capa de polipropileno. Revestimento: Estofamento revestido em tecido sintético de alta resistência a tração, rasgamento, esgaçamento, solidez a luz e não reagente a manchas na cor a ser definida pelo órgão Base giratória: Com 5 hastes equidistantes em tubo de aço revestidas por inteiro com capas injetadas em polipropileno. Rodízio: Rodízio com esfera de aço com material resiliente, que apresentam banda de rodagem macia. Este tipo de rodízio é recomendado para uso sobre pisos revestidos de pedra, madeira, cerâmica e quaisquer outros não cobertos por tapete ou carpete. Estrutura: Mecanismo com alavanca para acionamento de regulagem de altura e bloqueio de inclinação com acabamento em polipropileno. Coluna central de sustentação de tubo em aço. Apoia-braço: deve ser na posição horizontal ou em formas curvilíneas de material rígido com regulagem na altura. Acabamento: A pintura das partes metálicas da base, da coluna, do mecanismo e dos braços em pintura com tinta epóxi-pó eletrostática na cor a ser definida pelo órgão.	01
	CADEIRA GIRATÓRIA DIRETOR	CADEIRA GIRATÓRIA DIRETOR: Encosto (LxP): 430mm x 551mm. Chassis injetado, revestidos por uma capa de polipropileno. Espuma: Anatômica injetada com densidade 55kg/m³ podendo variar para +/- 5% indeformável e com borda frontal ligeiramente curvada no assento para não obstruir a circulação sanguínea. Encosto regulável na altura. Assento (LxP): 465mm x 440mm. Parte interna em compensado com multilâminas de madeira com espessura mínima de 12mm, revestido por uma capa de polipropileno. Revestimento: Estofamento revestido em tecido sintético de alta resistência a tração, rasgamento, esgaçamento, solidez a luz e não reagente a manchas na cor a ser definida pelo órgão. Base giratória: Com 5 hastes equidistantes em tubo de aço revestidas por inteiro com capas injetadas em polipropileno. Rodízio: Rodízio com esfera de aço com material resiliente, que apresentam banda de rodagem macia. Este tipo de rodízio é recomendado para uso sobre pisos revestidos de pedra, madeira, cerâmica e quaisquer outros não cobertos por tapete ou carpete. Estrutura: Mecanismo com alavanca para acionamento de regulagem de altura e bloqueio de inclinação com acabamento em polipropileno. Coluna central de sustentação de tubo em aço. Apoia-braço: deve ser na posição horizontal ou em formas curvilíneas de material rígido com regulagem na altura. Acabamento: A pintura das partes metálicas da base, da coluna, do mecanismo e dos braços em pintura com tinta epóxi-pó eletrostática na cor a ser definida pelo órgão	01



	CADEIRA FIXA OPERACIONAL	<p>CADEIRA FIXA OPERACIONAL:</p> <p>Encosto/Assento: Interno em chassi de polipropileno copolímero injetado, revestido por uma capa de polipropileno fixado ao chassi através de garras integradas na capa. Com as seguintes dimensões: Encosto: 430mm x 551mm. Assento: 465mm x 440mm, ambos, com espuma anatômica injetado, densidade 55kg/m³ podendo variar 5% indeformável e borda ligeiramente curvada no assento para não obstruir a circulação sanguínea. A parte interna do assento em compensado multilâminas de madeira moldada anatomicamente a quente com espessura mínima de 12mm revestido por uma capa de polipropileno copolímero fixada ao chassi através de garras integradas na capa.</p> <p>Revestimento: Estofamento revestido em tecido sintético de alta resistência a tração, rasgamento, esgaçamento, solidez a luz e não reagente a manchas na cor a ser definida pelo órgão.</p> <p>Base fixa: Estrutura contínua universal não empilhável, confeccionada em tubo aço ABNT SAE 1008/1010 O 1 h x 2,25mm, suportando uma carga de 200kg no assento e 76kg no encosto, conforme norma técnica ABNT/NBR13962. Cor a ser definida pelo órgão</p>	04
LOTE 04	NOME BÁSICO	DESCRIÇÃO	QTD.
	MESA DE PLÁSTICO QUADRADA	<p>MESA DE PLÁSTICO ADULTA: Mesa adulto, quadrada, plástico resistente, de polipropileno virgem, cor branca, empilhável, com proteção UV, com dimensões aproximadas entre 60 cm a 70 cm de comprimento e 60 cm e 70 cm de largura. Certificadas pelo INMETRO. Garantia do fornecedor de 90 dias contra defeitos de fabricação.</p>	03
	CADEIRA DE PLÁSTICO	<p>CADEIRA DE PLÁSTICO ADULTA: Cadeira adulta, plástico resistente, de polipropileno virgem, cor branca, sem braço, empilhável, com proteção UV, com dimensões aproximadas entre 85 cm e 90 cm de altura (referência - do encosto ao chão), 40 cm a 45 cm de altura (referência - do assento ao chão), 38 cm a 42 cm de comprimento (referência - entre os pés) e 38 cm a 45 cm de largura (referência - assento e encosto). Suportando carga entre 120 Kg/150kg. Certificadas pelo INMETRO. Garantia do fornecedor de 90 dias contra defeitos de fabricação. A cor será definida a critério da administração</p>	12
LOTE 05	NOME BÁSICO	DESCRIÇÃO	QTD.
	CADEIRA CAIXA ALTA PLÁSTICA	<p>CADEIRA CAIXA ALTA PLÁSTICA:</p> <p>A cadeira fabricada com encosto e assento em polipropileno, base giratória, com ajuste de altura através de pistão a gás em até 10 cm, disco apoiador de pés, base do tipo estrela, com rodízios em polipropileno de alta resistência pelo sistema de injeção termoplástica.</p> <p>Altura: Mín. 103cm Máx. 113cm Largura: 47cm Profundidade: 40cm</p>	02
	LONGARINA DE 03 LUGARES	<p>LONGARINA DE 03 LUGARES:</p> <p>Encosto/Assento: Interno em chassi de polipropileno copolímero injetado, revestido por uma capa de polipropileno fixado ao chassi através de garras integradas na capa. Com as seguintes dimensões: Encosto: 445mm x 430mm.</p> <p>Assento: 465mm x 440mm, ambos, com espuma anatômica injetado, densidade 55kg/m³ podendo variar 5% indeformável e borda ligeiramente curvada no assento para não obstruir a circulação sanguínea. A parte interna do assento em compensado multilâminas de madeira moldada anatomicamente a quente com espessura mínima de 12mm revestido por uma capa de polipropileno copolímero fixada ao chassi através de garras integradas na capa.</p> <p>Revestimento: Estofamento revestido em tecido sintético de alta resistência a tração, rasgamento, esgaçamento, solidez a luz e não reagente a manchas na cor a ser definida pelo órgão. Base fixa: Estrutura do assento em tubo aço SAE 1020 retangular 30 x 51 x 1,5mm soldado com flange universal integrada na estrutura, estampada em chapa de aço SAE 1006/1010 FQDO com 3mm de espessura, com furação acoplamento do assento com distância entre centros de 160 x 200mm, permitindo acoplamento de braços através de furos com distância entre centros de 40mm. Pés em tubos de aço com o formato de "T", com sapatas e ponteiros injetados em polipropileno preto. Acabamento: A pintura da estrutura em tinta epóxi-pó eletrostática na cor a ser definida pelo órgão.</p> <p>APOIA BRAÇOS FIXOS REVESTIDOS EM POLIURETANO Braço composto de alma de aço ABNT SAE 1008 laminado de dimensões 6,35 x 12,70mm, soldado em chapa para fixação também em aço ABNT 1008/1012 de dimensões de 6,35 x 0,80mm, corpo em poliuretano sobre injetado. Fixação:</p> <p>Fixação com regulagem lateral, com furações diversas, de acordo com fixação nos chassis. Dimensões gerais de 279mm de altura x 350mm de largura, largura do flange de fixação de 0,90 x 13mm de espessura.</p>	06



Anexo II

DECLARAÇÃO DO TRABALHO DO MENOR

(em papel timbrado da empresa)

Ref.: (Identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº, por intermédio de seu representante legal, o Sr., portador da Carteira de Identidade nº e do CPF nº, **DECLARA**, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, e no item 6.5 do Edital da licitação de referência, que não emprega menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Local e data.

(Representante legal)



Anexo III – MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE CNPJ/MF n.º 10.437.005/0001-30

Endereço: TV Basílio Rocha n.º 33 Bairro: Getúlio Vargas Aracaju-SE

CONTRATADA: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ: xx.xxx.xxx/xxxx-xx.

END: xxxxxxxxxxxxxx, n.º xxxx, Bairro: xxxxxxxx. Cep: xxxxxxxx

LOCAL PARA ENTREGA: Rua São Cristóvão, n.º 1524 – Bairro Getúlio Vargas, CEP 49.010-380, Aracaju – Sergipe

Encaminhamos a presente ORDEM DE FORNECIMENTO para que se inicie a sua execução, referente fornecimento de material xxxxxxxxxxxx, conforme Pregão Eletrônico n.º XX/202X, estando devidamente garantido o pagamento após a sua definitiva conclusão.

LOTE	ESPECIFICAÇÕES	QUANT	UND	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
TOTAL GERAL (xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx)						R\$ xxxx,xx

Aracaju/SE, XX de XXXXX de 2022.

LAVÍNIA ARAGÃO TRIGO DE LOUREIRO
Diretora Geral da FUNESA

FERNANDO JOSÉ CHAGAS JÚNIOR
Diretor Administrativo e Financeiro da FUNESA